

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 614/2025**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Municipal nº 11.847, de 06/07/1995, que dispõe sobre a criação de Escolas de Esportes nos Centros Educacionais e Esportivos, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 12.274, de 19/12/1996, que dispõe sobre a inclusão da disciplina de Educação física no currículo das Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIS.

- Lei Federal nº 9.696, de 01 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física;

- Lei Municipal nº 11.383, de 17 de junho de 1993, que dispõe sobre a regulamentação do funcionamento de academias de ginástica, esportes e afins (com alterações pelas Leis nº 15.527/12 e 15.681/13);

- Lei Municipal nº 12.934, de 24/11/1999, que dispõe sobre a criação do Dia do Professor de Educação Física no âmbito do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 13.393, de 17/07/2002, que dispõe sobre a inclusão de Técnicos de Educação Física na Jornada Especial de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais - J-40, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.591, de 13/11/2007, que institui o novo plano de carreiras dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal de Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo; dispõe sobre os servidores admitidos nos termos da Lei nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, em funções de referências DAI e DAS; e revaloriza a Escala de Vencimentos do Quadro de Atividades Artísticas.

- Lei Municipal nº 15.681, de 04/01/2013, que altera a Lei nº 11.383, de 17 de junho de 1993, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.968, de 27/01/2014, que institui e define diretrizes para o Programa de Promoção, Proteção e Educação em Saúde no âmbito do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.674, de 26/06/2017, que institui o Programa Busca Ativa São Paulo no município e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.867, de 15/02/2018, que institui como Política Pública o Programa GEPAD - Programa de prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas no Município de São Paulo, e dá outras providências.



-Lei Municipal nº 16.794, de 10/01/2018, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Profissional de Educação Física, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.193, de 11/12/2024, que autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.

- Lei Municipal nº 17.568, de 08/06/2021, que reconhece a prática da atividade física e do exercício físico como essenciais para a população no Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 12 de junho de 2025.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068